



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
19 e 20/05/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Decreto libera eventos com até 100 pessoas, amplia horário do comércio e proíbe bebidas alcoólicas em espaços públicos em Natal – G1RN – Rio Grande do Norte – 19/05/2021
3. Decreto da prefeitura vai intensificar fiscalização para coibir bebedeiras e aglomeração em locais públicos – HILNETH CORREIA – Rio Grande do Norte – 19/05/2021
4. Além de circos e parques, Prefeitura do Natal decide liberar também reabertura de cinemas e teatros – 98fm – Rio Grande do Norte – 19/05/2021
5. Sesap debate risco de 3ª onda no RN – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 20/05/2021
6. Decreto autoriza abertura de mais atividades em Natal – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 20/05/2021
7. Pazuello tenta blindar Bolsonaro, reage a Renan e mente ao menos 4 vezes – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 20/05/2021
8. Planalto comemora falas de Pazuello, e CPI vê contradições – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 20/05/2021
9. Texto-base que abre caminho para privatizar Eletrobras passa na Câmara – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 20/05/2021
10. 1,3 milhão desistem de procurar emprego desde o início da pandemia – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 20/05/2021
11. Temor de cerco regulatório na China faz bitcoin cair até 30% – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 20/05/2021

12. Salles e presidente do Ibama são alvo de operação da PF sobre madeira ilegal – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 20/05/2021
13. Cai índice dos que veem a pandemia como fora do controle, diz Datafolha – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 20/05/2021
14. PF investiga Salles em esquema de corrupção – ESTADÃO – São Paulo – 20/05/2021
15. Pazuello distorce dados e blinda Bolsonaro na CPI – ESTADÃO – São Paulo – 20/05/2021
16. Média salarial no Judiciário chega a ser o dobro da registrada no Executivo – ESTADÃO – São Paulo – 20/05/2021
17. Bitcoin desaba após alerta da China – ESTADÃO – São Paulo – 20/05/2021
18. BTG deve levar dona da Empiricus por cerca de R\$ 2 bi – ESTADÃO – São Paulo – 20/05/2021
19. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Alvo de investigação da Polícia Federal, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, ganhou as páginas de todos os grandes jornais do Brasil nesta quinta-feira (20). Ainda no espectro político, a blindagem do ex-ministro Eduardo Pazuello ao presidente Jair Bolsonaro durante depoimento na CPI da Covid foi alvo de críticas e rendeu generosos espaços na mídia impressa do País. No mundo econômico, enquanto o bitcoin sofre com uma forte desvalorização (de 30%) e 1,3 milhão desistem de procurar emprego desde o início da pandemia, o comércio eletrônico mostra sua força, cresce como nunca e volta a impulsionar abertura de novas vagas. Uma pesquisa do Datafolha revelou que caiu - de 79% para 53% - o número de brasileiros que temiam uma situação fora de controle da pandemia do Covid-19, no País. Esses são os principais assuntos divulgados pelos jornalões.

A operação da Polícia Federal que investiga o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, apontou um suposto esquema de corrupção montado para atuar na exportação ilegal de madeira. Além de Salles, o presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, e a cúpula do órgão ambiental são suspeitos de favorecer o contrabando de produtos florestais no País. O caso ainda vai dar muito o que falar e envolve nove tipos de crime.

No Senado Federal, o depoimento do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello à CPI da Covid foi marcado pela tentativa de blindar o presidente Jair Bolsonaro. Em sete horas de sessão, Pazuello distorceu fatos sobre a condução da crise sanitária pelo governo, disse inverdades ao negar a ordem de Bolsonaro para cancelar a compra da vacina Coronavac e foi desmentido pelo TCU ao afirmar que havia restrições da Corte à compra de imunizantes da Pfizer. Essa, pelo menos, é a visão dos principais jornais do Brasil. Por outro lado, o Planalto comemora a atuação do ex-ministro, que teria "emparedado" o senador Renan Calheiros, relator da comissão.

Maior referência entre as divisas digitais, o bitcoin tocou ontem a casa do US\$ 30,2 mil na mínima do dia, menos da metade do pico de US\$ 64,8 mil de pouco mais de um mês. A desvalorização de até 30% está associada ao temor do cerco regulatório na China. O alerta de Pequim contra a aceitação de criptomoedas levou pânico aos mercados. No Brasil, quase 1,3 milhão deixaram de procurar emprego no primeiro ano da pandemia, aponta dados do IBGE. Na visão de economistas, o quadro reflete as dificuldades impostas pela pandemia à busca por trabalho. Por outro lado, o aumento das vendas on-line e a disputa acirrada entre grandes varejistas ampliaram acentuadamente a oferta de trabalho. Além do Mercado Livre, que anunciou a intenção de contratar 7.200 trabalhadores no país, Magazine Luiza, Via Varejo e Amazon devem intensificar a busca por novos profissionais. Em um ano, o segmento de serviços de entrega e logística criou mais de 88 mil postos de trabalho.

Outra boa notícia vem da saúde. Caiu o número de brasileiros que enxergava a situação da pandemia do Covid-19 fora de controle. Em março, o índice era de 79% e agora regrediu para 53%, o menor percentual do ano, aponta nova pesquisa do Datafolha. O levantamento também mostra uma diminuição entre as pessoas que tem muito medo da Covid-19.

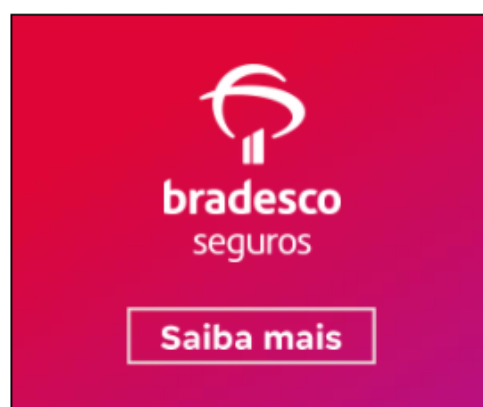
Decreto libera eventos com até 100 pessoas, amplia horário do comércio e proíbe bebidas alcoólicas em espaços públicos em Natal – G1RN – Rio Grande do Norte – 19/05/2021

Link	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/05/19/decreto-libera-eventos-com-ate-100-pessoas-amplia-horario-do-comercio-e-proibe-bebidas-alcoolicas-em-espacos-publicos-em-natal.ghtml
------	---

Decreto libera eventos com até 100 pessoas, amplia horário do comércio e proíbe bebidas alcoólicas em espaços públicos em Natal

Documento foi publicado nesta quarta (19).

A Prefeitura de Natal publicou um novo decreto que flexibiliza medidas restritivas de combate à pandemia da Covid-19. Dentre outras coisas, o decreto libera a realização de festas e eventos com até 100 pessoas, amplia o horário de funcionamento do comércio e proíbe consumo de bebida alcoólica em espaços públicos em Natal.



.As regras definidas entram em vigor nesta quarta (19) e "poderão ser revistas a qualquer tempo".

Comércio

De acordo com o decreto, lojas de rua podem funcionar das 7h às 20h, de segunda a sábado. Shoppings estão autorizados a funcionar das 9h às 22h e academias das 5h às 22h. Alguns dos horários são diferentes dos **previstos no decreto estadual** publicado em 12 de maio. Confira:

Horário de funcionamento do comércio

	Decreto estadual	Decreto municipal
Lojas de rua e galerias	8h30 às 16h30	7h às 20h
Supermercados	7h às 22h	7h às 22h
Shoppings	10h às 20h	9h às 22h
Bares, restaurantes, food parks e similares	11h às 22h	11h às 22h

Festas e eventos

De acordo com o decreto, os buffets, casas de recepções e eventos, salões de festas, associações e clubes sociais poderão abrir e funcionar das 11h às 22h, respeitada a proporção de uma pessoa para cada cinco metros quadrados de área do local, até o limite máximo de 100 pessoas, e desde que atendidas as regras e protocolos de segurança sanitária.

O decreto libera ainda o funcionamento de circos com o limite de 50% da capacidade de ocupação.

Consumo de bebida alcoólica

O decreto estabelece que "fica proibida a consumação de bebidas alcoólicas nos espaços públicos, independentemente do horário e do dia da semana". De acordo com a Prefeitura de Natal, "a intenção é coibir a aglomeração de pessoas em espaços públicos, para fins do consumo desse tipo de produto em desacordo com as regras de distanciamento social e prevenção à Covid-19".

A prefeitura ressalta que permanece permitida a comercialização de bebidas para consumação no local nos serviços de alimentação e nos quiosques das praias, desde que obedecidos todos os protocolos de segurança, como distanciamento social e uso de máscaras.

Aulas presenciais

O novo decreto da Prefeitura de Natal autoriza o retorno das aulas presenciais na rede privada em todas as séries. O documento determina ainda que seja assegurado aos pais ou responsáveis o direito de escolha entre as modalidades de ensino, remota ou presencial.

Também estão autorizadas aulas presenciais em instituições de ensino superior, escolas de treinamentos, cursos de idiomas, cursos técnicos, profissionalizantes e de reciclagem profissional, "com opção de oferecer o sistema híbrido (presencial e remoto)".

Decreto da prefeitura vai intensificar fiscalização para coibir bebedeiras e aglomeração em locais públicos – HILNETH CORREIA – Rio Grande do Norte – 19/05/2021

Link	https://hilnethcorreia.com.br/2021/05/19/decreto-da-prefeitura-vai-intensificar-fiscalizacao-para-coibir-bebedeiras-e-aglomeracao-em-locais-publicos/
------	---

DECRETO DA PREFEITURA VAI INTENSIFICAR FISCALIZAÇÃO PARA COIBIR BEBEDEIRAS E AGLOMERAÇÃO EM LOCAIS PÚBLICOS

Diante da falta de bom senso de parte da população de Natal, o prefeito Álvaro Dias irá intensificar a fiscalização para coibir “bebedeira” e aglomeração em locais públicos, como a ocorrida no último final de semana no espaço conhecido como “deck” do calçadão da praia de Ponta Negra e a Praça Ecológica, também em Ponta Negra. Em ambientes do gênero é proibido de o consumo de bebidas alcoólicas. A regra não vale para bares e restaurantes, desde que seja mantida as regras e os protocolos de segurança sanitária.

O novo decreto da Prefeitura do Natal, publicado na edição do Diário Oficial do Município desta quarta-feira (19) trata ainda dos horários para funcionamento do comércio na cidade. No documento, são definidas as regras para funcionamento do comércio de rua, shoppings, supermercados, academias, bares, restaurantes e similares.

Entre outras determinações e recomendações, também segue obrigatória a higienização obrigatória das mãos, com álcool 70º, na porta dos estabelecimentos, e a disponibilização de recipientes com o produto para uso constante de todos que estiverem no local.

Comércio “de porta para a rua” Galerias comerciais e centros comerciais	Das 07h00min às 20h00min, de segunda-feira a sábado.
Supermercados, hipermercados e atacarejos, bem como suas respectivas galerias comerciais	Das 07h00min às 22h00min, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados.
Shopping centers, inclusive as praças de alimentação	Das 09h00min às 22h00min, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados.
Serviços de alimentação (restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bares, food parks e similares)	Das 11h00min às 22h00min, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados.
Buffets, casas de recepções e eventos, salões de festas, associações e clubes sociais	Das 11h00min às 22h00min, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados.
Academias, clubes, associações, box, studios e similares	Das 05h00min às 22h00min, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados.

* Após o horário de fechamento, os serviços de alimentação poderão funcionar por 60 (sessenta) minutos exclusivamente para encerramento de suas atividades presenciais, sendo vedado o atendimento de novos clientes.

Confira as regras para funcionamento de cada setor:

DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM GERAL

O comércio "de porta para a rua", as galerias comerciais, os centros comerciais, supermercados, hipermercados e atacarejos, bem como suas respectivas galerias comerciais poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstas no Anexo II deste Decreto. (VEJA AQUI OS ANEXOS)

DOS SHOPPING CENTERS

Os shopping centers, bem como suas respectivas praças de alimentação, poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo II deste Decreto.

DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

Os restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bares, food parks e similares poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstas no Anexo III deste Decreto.

- Os estabelecimentos referidos no caput deste artigo poderão comercializar bebidas alcoólicas durante o seu horário de funcionamento, para consumação exclusivamente no local.

- Para o serviço de entrega domiciliar, os estabelecimentos referidos no caput deste artigo poderão atender aos seus clientes sem qualquer limitação de horário, vedada a consumação no local.

- Fica proibida a consumação de bebidas alcoólicas nos espaços públicos, independentemente do horário e do dia da semana.

- Fica permitida a música ao vivo nos estabelecimentos referidos no caput deste artigo.

DOS BUFFETS, CASAS DE RECEPÇÕES E EVENTOS, SALÕES DE FESTAS, ASSOCIAÇÕES E CLUBES SOCIAIS

Os buffets, casas de recepções e eventos, salões de festas, associações e clubes sociais poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, respeitada a proporção de 1 (uma) pessoa para cada 5m² (cinco metros quadrados) de área do local, até o limite máximo de 100 (cem) pessoas, e desde que atendidas as regras e protocolos previstas no Anexo IV deste Decreto.

Além de circos e parques, Prefeitura do Natal decide liberar também reabertura de cinemas e teatros – 98fm – Rio Grande do Norte – 19/05/2021

Link	https://98fmnatal.com.br/alem-de-circos-e-parques-prefeitura-do-natal-decide-liberar-tambem-reabertura-de-cinemas-e-teatros/
------	---

Além de circos e parques, Prefeitura do Natal decide liberar também reabertura de cinemas e teatros

Decreto será republicado para deixar claro que a liberação dada a circos e parques de diversões também se estende a cinemas e teatros

O **novo decreto** da Prefeitura do Natal, publicado nesta quarta-feira (19) no Diário Oficial do Município com flexibilização das medidas de isolamento social, também autoriza a reabertura de cinemas e teatros, confirmou a gestão municipal ao **PORTAL DA 98 FM**.

De acordo com a assessoria de comunicação da prefeitura, o decreto do prefeito Álvaro Dias (PSDB) será republicado – possivelmente nesta quinta-feira (20) – para deixar claro que a liberação dada a circos e parques de diversões também se estende a cinemas e teatros. Da forma como foi publicado, o decreto deixa ambígua essa possibilidade.

Em todos os casos, deverá ser respeitado o limite de ocupação de 50% da capacidade do estabelecimento. Além disso, circos, parques de diversões, cinemas e teatros deverão respeitar um protocolo com medidas preventivas – que inclui disponibilização de álcool, distanciamento entre 1,5 m entre os clientes e uso obrigatório de máscaras.

Entre outras novidades, o decreto nº 12.216 libera também a realização de eventos sociais ou corporativos com até 100 pessoas. Além disso, autoriza a volta às aulas presenciais em todos os níveis de ensino e fixa horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais em geral.

20/05/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesap-debate-risco-de-3a-onda-no-rio-grande-do-norte/510791>

Sesap debate risco de 3ª onda no RN

« PANDEMIA » Aumento dos casos diários de covid-19 e de internações em leitos críticos e clínicos em todo o Estado para tratamento da doença acendeu o sinal de alerta entre os especialistas, que monitoram casos

MARIANA CECI
Repórter
RICARDO ARAÚJO
Editor

Com quase 95% de ocupação dos leitos críticos para a covid-19 e com aumento no número diário de pedidos de internação para o tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus, a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN), analisa o início da terceira onda da pandemia no Rio Grande do Norte. O assunto é tratado em reuniões a portas fechadas no núcleo duro do Governo do Estado. Nesta semana, um sinal de alerta foi emitido por causa da situação de ocupação integral dos leitos na região Oeste, corroborado pela Plataforma Regula RN, que mostrava ocupação de 99,1% nessa quarta-feira (19). O volume de ocorrências nos hospitais da rede estadual de Saúde que atendem a covid-19 voltou a subir significativamente nos últimos dias.

No início da noite dessa quarta-feira, a Plataforma Regula RN mostrava que, em todo o Estado, a ocupação dos leitos críticos estava em 94,4%. Havia 57 pacientes com perfil crítico à espera de leitos, enquanto a oferta desses não passou de 22. Desde o início da semana, o Rio Grande do Norte voltou a apresentar uma tendência de crescimento da pandemia. A flexibilização de atividades aliada ao lento ritmo de vacinação contribuiu diretamente para o aumento de casos da covid-19 no Estado, que vive um "platô elevado" de infecções



Em todo o Brasil, o risco de uma terceira e mais forte onda de infecção é debatida entre especialistas e gestores de rede de saúde

pelo novo coronavírus e pode passar por uma terceira onda mais grave da doença.

Ao longo do mês de maio, o Estado viveu os dias com a maior média móvel de solicitação de leitos para internações pela doença, como ainda não havia sido observado desde o começo da pandemia. A média móvel mais do que dobrou em três meses, saindo de 50 solicitações diárias, em fevereiro, para 122, no dia 16 de maio.

A continuidade do crescimento da pandemia, de acordo com o epidemiologista Ion de Andrade, pode ser visualizada pela compensação na ocupação

de leitos que foram liberados à medida que a vacinação avançou entre os idosos.

Até o mês de março, quando a vacinação desses grupos ainda estava no início, a quantidade de idosos internados superava 50% do total. Quatro meses após o começo da imunização, quando muitos já tomaram a segunda dose e encontram-se com a imunidade madura, a porcentagem caiu para 34,14% do total.

O número de jovens e adultos, no entanto, preencheu a lacuna deixada pelos idosos. De acordo com o Regula RN, as pessoas não-idosas já representam 65,86% do total de internados,

com um aumento real no número de pacientes. No dia 18 de maio, 245 não idosos ocupavam leitos críticos no Rio Grande do Norte. Em dezembro do ano passado, o número chegou a 40. A situação atual representa o maior número de pessoas não-idosas internadas com Covid-19 no Rio Grande do Norte desde o começo da pandemia.

"O número de idosos que deixaram de ocupar o sistema representa cerca de 60 leitos. É mais do que meio hospital de campanha e, mesmo assim, esses leitos foram rapidamente ocupados por não-idosos", disse Ion de Andrade. Ele afirma



(...) mas não estamos em uma situação de normalidade, estamos vivendo o platô mais elevado desde o começo da pandemia"

ION DE ANDRADE
Epidemiologista/Professor da UFRN

que há uma falsa sensação de segurança difusa na sociedade, estimulada pelos decretos que liberam mais atividades e o início da vacinação.

"Na medida em que não há medidas duras adotadas pelo poder público, as pessoas sentem autorizadas a viver a vida com normalidade, mas não estamos em uma situação de normalidade, estamos vivendo o platô mais elevado desde o começo da pandemia", completa o especialista.

Ele ressalta, ainda, que o número de casos divulgados diariamente não representa em grande medida a totalidade de novos casos de Covid-19 que chegam ao sistema de saúde, pois os sistemas de dados demoram a ser atualizados também com as informações da rede privada. "Portanto, o que temos é uma campanha de vacinação que, ao invés de reduzir os números, está sendo rapidamente compensada pelos não-idosos", afirma.

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sesap/RN) afirma que, no momento, o Rio Grande do Norte ainda vive os efeitos da segunda onda de aumento de casos, mas que a possibilidade de chegada de uma terceira onda está em discussão pelas autoridades.

Um boletim divulgado no dia 12 de maio por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) afirma que a incidência da covid-19 se mantém alta no Brasil, o que não só pode criar um terreno fértil para uma terceira onda, mas também para o surgimento de novas variantes que podem torná-la ainda mais grave que as anteriores.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/decreto-autoriza-abertura-de-mais-atividades-em-natal/510792>

Decreto autoriza abertura de mais atividades em Natal

« LIBERAÇÃO » Prefeito Álvaro Dias liberou a realização de eventos com até 100 pessoas, funcionamento de quiosques nas praias e outras ações

A Prefeitura do Natal publicou nessa terça-feira (19), o Decreto N° 12.216 que disciplina a abertura de mais atividades econômicas e sociais na capital. Estão autorizados o retorno às atividades presenciais das escolas de Ensinos Médio, Fundamental e Infantil da rede privada, assim como nas instituições particulares de Ensino Superior. O documento também libera o funcionamento de bufets, casas de recepção e eventos, salões de festas, associações e clubes sociais. Nesses, porém, o horário de funcionamento se dará das 11h às 22h. Está proibido o consumo de bebida alcoólica em ambiente público na capital.



Conforme o decreto, fica autorizada a abertura e funcionamento das escolas de treinamentos, cursos de idiomas, cursos técnicos, profissionalizantes e de reciclagem profissional, com opção de oferecer o sistema híbrido (presencial e remoto), desde que atendidas as regras estabelecidas pelo protocolo geral de biossegurança da Prefeitura do Natal. As mesmas regras devem ser seguidas pelas escolas e instituições de educação superior da capital. Fica mantida a autorização de abertura e funcionamento das academias, clubes, associações, box, studios e similares, conforme horário especificado (veja abaixo).

A realização de reuniões corporativas, tais como treinamentos, seminários, cursos, simpósios, e palestras, poderá ocorrer, desde que atendidas as regras e protocolos previstas pela municipalidade. O uso de máscara é obrigatório em qualquer dos ambientes. A realização dos eventos referidos poderá acontecer em auditórios e salões, localizados em instituições públicas e privadas, inclusive empresas e hotéis. O prefeito Álvaro Dias autorizou, ainda, a abertu-



Escolas particulares poderão ampliar o retorno presencial dos estudantes em todas as faixas



VEJA MAIS

Aponte a câmera do seu celular e acesse a íntegra do Decreto 12.216/2021



ra e o funcionamento das estações de jogos eletrônicos e parques de diversões, até o limite de 50% da sua capacidade de ocupação. O mesmo entendimento se aplica aos circos.

Oria

Os permissionários dos quiosques e das atividades de locação de cadeiras e sombrinhas das praias urbanas do Município do Natal poderão funcionar até o limite de 50% de sua capacidade de mesas e cadeiras. A fiscalização das medidas tomadas com a publicação deste Decreto caberá ao Núcleo Operacional de Fiscalização da Covid-19, instituído pelo Decreto Municipal nº. 12.135, de 23 de dezembro de 2020, republicado em 29 de dezembro de 2020.

Em caso de descumprimento das medidas previstas no Decreto, as autoridades poderão impor as penalidades previstas no artigo 10 da Lei Federal nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977 – dentre elas o fechamento e a interdição do estabelecimento, além de multa no valor de até R\$ 20.000,00.

"Após a interdição do estabe-

lecimento, a autoridade deverá encaminhar relatório do auto de interdição ao Ministério Público Estadual para apurar a ocorrência de crime contra a saúde pública, nos termos do artigo 268 do Código Penal, com pena de detenção de até um ano. O retorno das atividades condiciona-se à avaliação favorável de inspeção quanto ao atendimento das medidas sanitárias, devendo o responsável pelo estabelecimento comprometer-se mediante termo escrito a não mais incorrer na infração cometida", detalha o decreto.

O texto normativo impõe que "em caso de reincidência, será cassado o alvará de funcionamento do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de nova multa. Ao interessado é permitida a apresentação de defesa contra o auto de infração diretamente no órgão ao qual pertence o agente de fiscalização".

PAULO – São Paulo – 20/05/2021



General Eduardo Pazuello deixa o Senado após a suspensão sessão da CPI da Covid Pedro Ladeira/Folhapress

Pazuello tenta blindar Bolsonaro, reage a Renan e mente ao menos 4 vezes

Ex-ministro da Saúde recebe atendimento de senador médico, e CPI suspende sessão para retomar depoimento nesta quinta (20)

BRASÍLIA No depoimento mais aguardado até aqui da CPI da Covid no Senado, o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello buscou em diferentes momentos blindar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O general evitou nesta quarta (19) atribuir ao presidente a responsabilidade pelas decisões no enfrentamento da pandemia do coronavírus, inclusive negando tentativa

que poderiam incriminá-lo.

O general Pazuello mentiu ao menos quatro vezes durante o seu depoimento, como ao afirmar que não recebeu ordem de Bolsonaro relacionada à compra da vacina Coronavac. Também teve momentos de rispidez ao responder perguntas do relator.

Após constatar as mentiras, Renan afirmou que vai sugerir ao presidente da CPI con-



Vou explicar para o senhor: uma postagem na internet não é uma ordem. Uma ordem é uma ordem direta verbal ou por escri-

Em outubro, por exemplo, o Ministério da Saúde anunciou que compraria 46 milhões de doses da Coronavac. No dia seguinte, Bolsonaro falou a apoiadores que não iria comprar, e a pasta voltou atrás.

“Vou explicar para o senhor: uma postagem na internet não é uma ordem. Uma ordem é uma ordem direta verbal ou por escrito. Nunca foi dada. Nunca”, afirmou Pazu-

de interferência do chefe do Executivo para ampliar o uso da hidroxicloroquina — questão apontada à CPI pelos seus dois antecessores no cargo.

À tarde, o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), decidiu suspender a sessão com o depoimento de Pazuello, que, durante intervalo, sofreu uma perda de consciência momentânea e precisou ser atendido pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), que é médico. Segundo o senador, o depoente sofreu de síndrome vasovagal, que pode levar a desmaios.

Ao deixar a sessão, no entanto, Pazuello afirmou que não passou mal. Caminhando, o ex-ministro disse que estava bem e que a sessão foi adiada por causa do início da ordem do dia no plenário do Senado.

Aziz postou em suas redes sociais que suspendeu os trabalhos da CPI por causa da sessão plenária do Senado e que ainda tinha 23 inscritos. Por isso, a retomada será nesta quinta-feira (20) às 9h30.

Com isso, fica adiada para a próxima terça-feira (25) a oitiva da secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, que passou a ser chamada de “capitã cloroquina” por integrantes da comissão.

Pazuello participou da CPI trajando roupas civis e não militares, após adiar sua primeira participação na comissão ao alegar contato com infectados pelo coronavírus.

Aos senadores o general respondeu todas as perguntas feitas pelo relator, Renan Calheiros (MDB-AL), apesar de contar com um habeas corpus do STF (Supremo Tribunal Federal) que permitia a ele o direito ao silêncio em perguntas

tratar um “pool” de agências de checagem, para que possa confrontar os depoentes.

“Vou sugerir ao presidente da comissão e ao vice-presidente a contratação de agências cheadoras da verdade para que a comissão parlamentar de inquérito, pela primeira vez, possa acompanhar online e checar essas mentiras que reiteradamente estão sendo ditas”, completou.

Renan também disse que vai preparar uma lista de todas as mentiras e incoerências de Pazuello e confrontá-la na retomada da sessão.

Na CPI, o general também afirmou que nunca recebeu ordens específicas de Bolsonaro nem mesmo a respeito da hidroxicloroquina. “Em hipótese alguma. O presidente nunca me deu ordens diretas para nada”, respondeu.

Pazuello também buscou tirar o foco da comissão dos filhos do presidente. Em depoimentos anteriores, surgiram indícios de um “ministério paralelo” para aconse-

lhar Bolsonaro na pandemia de Covid-19, fora da estrutura do Ministério da Saúde.

“Não havia nenhuma influência dos três filhos políticos do presidente e volto a colocar: Eu achava que eu ia me encontrar mais com eles, tanto com o próprio presidente, mas não houve isso”, afirmou.

Pazuello disse que nunca recebeu ordens de Bolsonaro para não comprar a Coronavac, vacina produzida pelo Butantan e alvo de disputa com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

A fala de Pazuello contraria vídeos públicos do próprio presidente dizendo que havia mandado cancelar acordo de intenção de compra.

to. Nunca foi dada. Nunca

Eduardo Pazuello ex-ministro da Saúde, sobre declarações de Bolsonaro dizendo que cancelaria a compra da vacina Coronavac

Não havia nenhuma influência dos três filhos políticos do presidente e volto a colocar: Eu achava que eu ia me encontrar mais com eles, tanto com o próprio presidente,

mas não houve isso sobre a existência de um “ministério paralelo”

A Covax Facility não nos dava nem data, nem cronograma e nem garantia de entrega respondendo o motivo de não ter adquirido mais vacinas em consórcio global

ello nesta quarta-feira.

O general disse que o Brasil adquiriu junto ao consórcio Covax Facility vacinas para apenas 10% da população porque o “risco era muito grande”. “A Covax Facility não nos dava nem data, nem cronograma e nem garantia de entrega.”

O ex-ministro também afirmou que o preço inicial das vacinas era muito alto, em torno de US\$ 40 a dose, que acabou caindo posteriormente para US\$ 10. “Quem responde a órgãos de controle não pode achar que o preço é irrelevante”, afirmou. O Brasil adquiriu 42 milhões de doses junto ao Covax Facility.

Pazuello afirmou ainda que não se reuniu com funcionários da Pfizer para negociar vacinas porque “ministro não pode receber as empresas”. Ele esteve, porém, com o empresário Carlos Wizard, defensor da vacinação privada.

O ex-ministro disse à CPI que o empresário era um amigo pessoal a quem vem “ouvindo de maneira informal

ao longo da vida” e que o ajudou durante um mês no ministério, sem remuneração.

O general também esteve reunido, em maio do ano passado, com empresários em São Paulo para pedir ajuda na compra de equipamentos e de estruturas para a prevenção e o combate da Covid.

Pazuello também afirmou que TCU (Tribunal de Contas da União), CGU (Controladoria-Geral da União), AGU (Advocacia-Geral da União) e “todos os órgãos de controle” disseram que a proposta da Pfizer para o fornecimento de 8,5 milhões de doses no primeiro semestre de 2021 não deveria ser assinada.

Continua na pág. A6

Paulo – 20/05/2021

Planalto comemora falas de Pazuello, e CPI vê contradições

Aliados de Bolsonaro consideram atuação satisfatória; Renan fala em contestar

Renato Machado,
Daniel Carvalho e
Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Após dias de tensão devido ao depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde), o Palácio do Planalto avaliou que o general teve um desempenho satisfatório em suas falas desta quarta-feira (19) na CPI da Covid, ainda mais considerando que ele é o principal alvo da comissão.

O principal motivo de alívio de aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) foi o fato de Pazuello ter blindado o mandatário em diferentes momentos do interrogatório, que deverá continuar nesta quinta-feira (20).

Nesta quarta-feira, o general evitou atribuir ao presidente a responsabilidade pelas decisões no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, inclusive negando tentativa de interferência do chefe do Executivo para ampliar o uso da hidroxicloroquina — questão apontada à CPI pelos seus dois antecessores no cargo.

Aliados do presidente avaliaram que Pazuello não teve momentos de descontração e destacaram que ele respondeu a todas as perguntas feitas pelo relator, Renan Calheiros (MDB-AL). Isso ape-



O ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello durante depoimento na CPI. Pedro Ladeira/Folhapress

sar de ele contar com um habeas corpus do STF (Supremo Tribunal Federal) que lhe permitia o direito ao silêncio em questionamentos que poderiam incriminá-lo.

O alívio do Planalto ficou bem refletido na avaliação do comando da CPI da Covid, que considerou o depoimento de Pazuello "dissimulado". Senadores à frente da comissão opinam que a oitiva pouco co-

laborou com a investigação a respeito das ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia.

"Acho que ficou muito a desejar. Acho que os fatos estão tendo várias versões; e versão para a gente não é bom. Nós queremos fatos concretos", afirmou o presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM).

Diante do quadro, Aziz afirma que a realização de acare-

ações é uma alternativa para dirimir as muitas dúvidas e narrativas contraditórias. Mas ele pontuou que várias audiências do tipo teriam que ser realizadas, uma vez que há diferenças nos relatos de Pazuello, de Carlos Murillo (gerente-geral da Pfizer) e do ex-chanceler Ernesto Araújo, entre outros.

Renan Calheiros afirmou que vai reunir todas as inconsistências e mentiras da primeira parte do depoimento de Pazuello para confrontá-lo na continuação da sessão nesta quinta-feira (20).

"A grande dificuldade é que ele elaborou uma estratégia para não responder exatamente, dissimular, delongar essas respostas, se omitir, mentir. Então foi uma opção que fez o ex-ministro e dessa forma está colaborando muito pouco com a investigação", afirmou Renan.

Além de confrontar o ex-ministro, o relator e o vice-presidente da comissão, Raulo de Faria (Rede-AP),

afirmam que devem contratar uma agência de checagem de fatos para contrapor quase que instantaneamente os depoimentos durante as sessões.

"Vou sugerir ao presidente da comissão e ao vice-presidente a contratação de uma agência checkadora da verdade para que a comissão parlamentar de inquérito, pela primeira vez, possa acompanhar online e checar essas mentiras que reiteradamente estão sendo ditas", afirmou Renan. "Na verdade, seria melhor um pool de agências para que haja diversidade", completou.

O assunto vai ser debatido na sessão desta quinta-feira. No entanto, Raulo de Faria considera que não vai haver empecilho para implementar a

iniciativa e que a decisão pode ser tomada administrativamente pela presidência da comissão. "Acho que nem precisa ser feita contratação. Acredito que muitas agências concordariam fazer o trabalho em colaboração com a CPI", afirmou ele.

O senador amapaense também considera que o depoimento de Eduardo Pazuello decepcionou, pois o ex-ministro da Saúde não esclareceu as principais dúvidas, e lembrou falas do próprio Bolsonaro que contestam a versão dada pelo ex-ministro na CPI.

Por outro lado, o vice-líder do governo, Marcos Rogério (DEM-RO), afirma acreditar que o depoimento de Eduardo Pazuello "sepulta" narrativas que estariam sendo construídas pelo grupo majoritário da CPI, formado por senadores de oposição e independentes.

"Desmontou a primeira farsa da oposição, de que o ministro viria à comissão e ficaria em silêncio", afirmou Rogério a jornalistas.

Ele também afirmou que é natural o fato de o presidente da República comandar ações de enfrentamento da pandemia, uma vez que é o chefe do Executivo.

Passada a etapa das declarações à CPI do atual e dos ex-ministros da Saúde, conselheiros de Bolsonaro passaram a discutir internamente a estratégia política das próximas semanas.

Eles planejam centrar fogo no relator, Renan Calheiros, e tentar caracterizar a CPI como uma ofensiva da velha política contra um presidente antissistema, ressuscitando assim um dos motivos utilizados por Jair Bolsonaro na campanha de 2018.

“Ficou muito a desejar. Os fatos estão tendo várias versões; e para a gente não é bom. Queremos fatos concretos”

Omar Aziz (PSD-AM)
presidente da CPI

Texto-base que abre caminho para privatizar Eletrobras passa na Câmara

Proposta também prevê o uso de recursos do setor para programas de transferência de renda



Danielle Brant e
Thiago Resende

BRASÍLIA Numa vitória do ministro Paulo Guedes (Economia), a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (19) o texto-base da medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras. Com apoio de partidos da base do governo, a agenda da estatal avança no Congresso, que arrastava essa discussão desde o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB).

O texto-base foi aprovado por 313 votos a favor e 166 contrários. Até a conclusão deste texto, os deputados ainda analisavam sugestões para modificar a MP (medida provisória). Depois disso, a proposição vai ao Senado. A MP perde validade em 22 de junho.

Além da privatização, a proposta emanada pela Câmara prevê o uso de recursos do setor elétrico para programas de transferência de renda e exige a contratação de termelétricas a gás natural.

A MP foi enviada pelo presidente Jair Bolsonaro há três meses. Foi uma sinalização ao mercado de que a agenda liberal de Guedes segue de pé.

No ano passado, Guedes e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) entraram em atrito por causa do plano de privatizar a Eletrobras. Em 2021, com a Câmara sendo comandada por um

aliado, o deputado Arthur Lira (PP-AL), o governo enviou a MP e tenta aprová-la até o fim de junho nas duas Casas.

De acordo com o texto, a privatização se dará da seguinte forma: haverá um aumento do capital social da Eletrobras pela emissão de ações ordinárias (com direito a voto), de forma a diluir a participação da União na empresa. Assim, a União passará a ser minoritária, em torno de 45%.

De acordo com dados de abril deste ano, a União tem 51,82% das ações ordinárias da Eletrobras. O BNDES e o BNDESPar detêm 16,78%, e fundos de governo ficam com 3,62%. A MP permite ainda que a União faça uma oferta secundária de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

A votação na Câmara foi antecipeada por controvérsias. A oposição entrou com ações no STF para tentar barrar a votação da medida provisória. A tentativa foi frustrada e Lira manteve a votação. "Minha obrigação como presidente da Câmara dos Deputados é buscar diálogos e construir consensos", escreveu o deputado em uma rede social.

O relator do texto, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), incluiu trechos na proposta que não estavam na versão enviada pelo governo, inclusive condições impostas para a privatização da Eletrobras.

Entenda os principais pontos

Capitalização Privatização por meio da capitalização, com a emissão de ações ordinárias (com direito a voto) sem que a União compre os papéis, diluindo a fatia que possui na empresa

Criação de estatal A MP exige uma reestruturação societária, com a criação de uma estatal que manterá sob controle da União a Eletrobras Termonuclear e a Itaipu Binacional

Térmicas Também exige a contratação de térmicas a gás natural, pequenas centrais hidrelétricas e prorrogar o Proinfra (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica)

Ações remanescentes Os funcionários poderão comprar ações remanescentes da União

Custo de energia Recursos da outorga e eventual superávit da nova estatal serão destinados à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para baratear custo para residências e pequenos comércios

Transferência de renda Um quarto do superávit da nova estatal será destinado a programas de transferência de renda

O recuo mais recente foi na noite desta quarta-feira (19), quando Nascimento retirou a exigência de contratação de termelétricas a gás natural antes da privatização. Ele manteve a previsão de que essas operações devem acontecer, porém não mais antes da desestatização da Eletrobras.

Esse ponto ainda foi alvo de contestação de deputados. Segundo o relator, o objetivo é garantir a segurança energética na fase de transição decorrente da privatização e incentivar o mercado de gás natural.

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) qualificou a votação como um "escândalo" e disse que a MP atende a interesses privados. "Os trabalhadores deram a sua vida pela Eletrobras e estão agora com a faca no pescoço da demissão, graças a um processo, a um projeto privatista com método autoritário", disse.

Para o presidente da Abraça (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres), Paulo Pedrosa, a versão mais recente do texto irá aumentar o custo de produção das empresas e isso será repassado aos preços.

"O relator está fazendo uma minirreforma no setor elétrico na direção contrária do projeto original, que era de modernização", disse. "Ele está socializando os custos e

privatizando os benefícios." O principal ponto criticado é o que Pedrosa chama de reserva de mercado, as exigências de contratação de pequenas centrais hidrelétricas e térmicas, mais caras.

O parecer de Nascimento prevê que, antes da desestatização da Eletrobras, será criada uma nova estatal, que manterá sob controle da União a Eletrobras Termonuclear e a Itaipu Binacional. O texto também diz que, na reestruturação societária, as subsidiárias da Eletrobras poderão ser incluídas nessa nova empresa pública.

Em seu parecer, Nascimento acatou pedido do governo e propôs usar recursos do setor elétrico para programas de transferência de renda.

O texto prevê que eventual superávit gerado por essa nova empresa pública, que poderá ser estatal ou sociedade de economia mista, será repartido da seguinte forma: até 2032, 75% a serem transferidos para CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e 25% para programa de transferência de renda.

Os recursos para a CDE, segundo o relator, serão para a redução de tarifas no mercado cativo, que envolve residências e pequenos estabelecimentos comerciais. Esse será o mesmo objetivo do dinheiro da outorga da privatização da Eletrobras.

De 2033 em diante, o superávit da nova estatal será dividido entre a própria empresa (25%), CDE (50%) e programa social (25%).

Os empregados da Eletrobras poderão adquirir ações remanescentes em poder da União tanto da empresa como das controladas direta ou indiretamente por ela.

A MP proíbe que acionistas ou grupo de acionistas tenham mais de 10% das ações com direito a voto da Eletrobras, além de criar uma "golden share", ação detida pela União e que dá poder de veto nas deliberações sociais da empresa.

Para conseguir apoio à MP, o relator teve que recuar em diversos pontos considerados polêmicos e que estavam em versões preliminares do texto, como a tentativa de destinar à Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), estatal comandada por apadrinhados do centrão, o controle do dinheiro de obras direcionadas ao Nordeste e para os reservatórios de Furnas, em Minas Gerais. Os recursos serão pagos por concessões que vencerem a privatização da Eletrobras.

Para a advogada Helena Guimarães, sócia do Vieira Rezende Advogados, o texto pode ser judicializado, embora considere a MP é sólida.

Leia mais sobre energia à pág. A26

– São Paulo – 20/05/2021

1,3 milhão desistem de procurar emprego desde o início da pandemia

Total de desalentados com crise econômica e restrições de deslocamentos chega a 5,95 milhões

UM ANO DE PANDEMIA NA ECONOMIA

Leonardo Veceli

PORTO ALEGRE Quase 1,3 milhão de brasileiros deixaram de procurar emprego no primeiro ano da pandemia, apontam dados do IBGE.

Esse contingente passou a integrar o grupo de trabalhadores desalentados no país —profissionais que estão sem emprego e que desistiram de procurar novas vagas por acreditarem que não terão vez no mercado de trabalho.

Na visão de economistas, o quadro reflete as dificuldades impostas pela pandemia à busca por trabalho.

As estatísticas fazem parte da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e consideram o período do trimestre encerrado em fevereiro de 2020 —antes, portanto, do coronavírus se espalhar pelo Brasil— e o mesmo período de 2021.

Com esse acréscimo, o total de desalentados chegou a 5,95 milhões no trimestre encerrado em fevereiro, o maior da série histórica do IBGE, com dados desde 2012. Representa mais do que o dobro da população de Salvador, de 2,9 milhões de habitantes.

Mesmo sem trabalho for-

mal ou informal, o grupo não é considerado desempregado. É que, para as estatísticas oficiais, uma pessoa está desocupada quando segue em busca de recolocação profissional com ou sem carteira assinada. Isso não é feito pelos desalentados.

No trimestre até fevereiro, a população desempregada chegou a 14,4 milhões, outro recorde da série histórica.

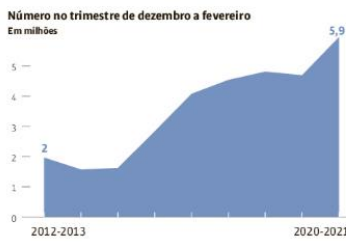
"A pandemia expulsou parte das pessoas do mercado de trabalho, e elas não conseguiram voltar", afirma o economista Hélio Zylberstajn, professor sênior da FEA-USP e coordenador do Projeto Saliométrico, da Fipec.

O pedagogo e educador físico Alexandre Cordeiro Figueira, 39, sentiu as dificuldades geradas pela Covid-19. Antes da pandemia, ele dava aulas de capoeira em escolas da rede privada e em projetos sociais em Porto Alegre. Com a chegada da crise sanitária, as atividades foram paralisadas em 2020, e o trabalho de Figueira ficou inviabilizado.

Ele diz que, no momento, não faz busca ativa por emprego, devido à escassez de oportunidades em sua área. Para recompor parte da renda, o morador da capital gaúcha chegou a participar de aulas online e fez bicos com o sogro no setor de construç-

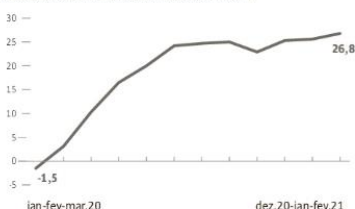
Disparada do desalento

Grupo de trabalhadores nessa situação é o maior da série histórica no país



Ao longo da pandemia

Varição no número frente a igual trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE

ção civil, mas tudo de forma "bem espaçada" na pandemia.

"A situação está bem difícil. Não existe aquela busca por emprego com esperança", conta. "Desejo que a pandemia passe e tudo volte ao normal. A melhor coisa é o contato com as pessoas."

Professor do Insper, o economista Sérgio Firpo ressalta que o quadro provoca uma "depreciação do capital humano". Segundo ele, além do fechamento de postos de trabalho, as restrições a deslocamentos também favorecem a alta do desalento.

A paralisação de escolas é outro fator que pode afastar parte dos profissionais do mercado, pela necessidade de cuidar dos filhos em casa.

"É como se estivéssemos jogando fora recursos humanos neste momento. O capital humano se deprecia porque não é utilizado. Isso tem



A pandemia expulsou parte das pessoas do mercado, e elas não conseguiram voltar

Hélio Zylberstajn
professor sênior da FEA-USP

efeitos perversos", comenta.

Para especialistas, a alta do desalento reforça que o país ainda está distante de alcançar uma retomada consistente na economia e, especificamente, no mercado de trabalho.

"O mercado de trabalho reflete como lidamos com a pandemia. Vacinação tem demorado. Enquanto não vacinarmos a força de trabalho, vamos ter dificuldades."

Professora da Escola de Negócios da PUCRS, a economista Izete Pengo Bagolin vai na mesma linha. Ela salienta que a imunização é "básica" para a melhora do ambiente econômico. Conforme Izete, o governo federal também precisaria pensar em projetos que incentivassem a qualificação de trabalhadores e a saída do desalento no pós-pandemia.

"A mensagem até agora é que a recuperação ainda não ocorreu. Muitas pessoas foram severamente impactadas pela pandemia, com o afastamento do mercado de trabalho. Vivemos um período de incerteza. Esse ambiente contribuiu para a alta do desalento."

Zylberstajn destaca que o nível de recuperação do emprego depende do avanço de investimentos produtivos, além da vacinação. Nesse sentido, o economista diz que o país deve buscar novas concessões em infraestrutura. Projetos nessa área têm capacidade de espalhar estímulos em outros setores, lembra o professor.

"A primeira coisa é a vacina. E a segunda é o país voltar a crescer. Para isso, não tem jeito: é preciso atrair investimentos. O governo não consegue investir. A gente precisa de aportes privados para trazer o mercado de trabalho de volta para a vida."

Paulo – 20/05/2021

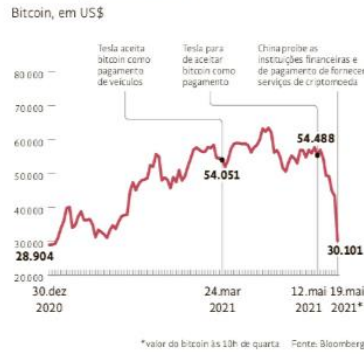
Temor de cerco regulatório na China faz bitcoin cair até 30%

Alerta de Pequim contra aceitação de criptomoedas leva pânico a mercados

HONG KONG E LONDRES | FINANCIAL TIMES Os mercados de criptomoedas oscilaram em meio a transações caóticas, e as ações relacionadas a eles caíram depois que as autoridades regulatórias chinesas sinalizaram medidas de repressão ao uso de moedas digitais, cujas cotizações dispararam este ano. O bitcoin caiu até 30%, para US\$ 30.101 (R\$ 158,9 mil), antes de recuperar parte das perdas e fechar o dia com desvalorização inferior 8%. Outras moedas digitais também foram atingidas pelas vendas, com o ethereum, que perdeu um quarto de seu valor antes de recuperar parte das perdas e fechar em queda de 16%. Mais de US\$ 8,6 bilhões (R\$ 45 bilhões) em posições de criptomoedas foram liqui-

dadas em 24 horas, segundo números da bybt.com. A oscilação surgiu depois que o Banco Popular da China (banco central) alertou as instituições financeiras contra aceitar criptomoedas em pagamento e contra oferecer serviços e produtos relacionados a elas, o que intensificou a preocupação dos investidores de que as autoridades podem apertar a fiscalização dessa classe de ativos que opera quase sem controle. Elon Musk, presidente executivo da Tesla e entusiasta vigoroso das criptomoedas, mudou de ideia na semana passada sobre aceitar bitcoins como pagamento na compra de carros, por motivos ambientais, o que também agravou as preocupações a longo prazo sobre essa categoria de ativo.

Bitcoin despensa em maio



Em tuíte nesta quarta-feira (19), Musk indicou que a Tesla reteria bitcoins a longo prazo e não venderia as posições que detém na moeda. Cathie Wood, fundadora da Ark Invest, administradora de fundos que investiu pesado em companhias relacionadas a criptomoedas, também reiterou seu apoio ao bitcoin. "Estamos vivendo um período de preocupação, de abandono de modelos, mas, sim, nossa convicção continua forte", disse à Bloomberg Television. As condições de mercado eram altamente voláteis, com o preço do bitcoin oscilando de maneira muitas vezes selvagem. A Binance e a Coinbase, duas das Bolsas de criptomoedas mais conhecidas, passaram ambas por problemas técnicos em seus mercados, quando usuários tentaram vender posições. Moedas virtuais "não são moedas verdadeiras" e "não deveriam e não podem ser usadas como moeda nos mercados", afirmou o banco central chinês em comunicado divulgado na noite de terça-feira (18). A instituição se referiu a uma recente alta de preços como "especulação". O desdobramento reflete a

campanha da China para limitar a atividade institucional com criptomoedas, enquanto o país se prepara para lançar sua moeda digital. Outros mercados, como o dos Estados Unidos, mantiveram-se comparativamente abertos a envolvimento institucional. "Parte disso é que eles têm seu yuan digital, parte é falta de controle em termos de saídas de capital, e parte é uma tentativa de proteger as pessoas contra trapalhas", disse Paul Haswell, sócio do escritório de advocacia Pinsent Masons, de Hong Kong, sobre as medidas de repressão chinesas. A pressão da China sobre as criptomoedas ganhou ímpeto em 2017, quando as autoridades fecharam as Bolsas de bitcoin do país, que antes respondiam pela maior parte das transações mundiais. Os planos do governo para um yuan digital, que ofereceria ao banco central um registro de todas as transações cambiais em tempo real, poderiam criar um mecanismo rival de pagamento eletrônico para competir com as vastas plataformas de tecnologia financeira do Ant Group e do Tencent. Tradução de Paulo Migliacci

PAULO – São Paulo – 20/05/2021

Salles e presidente do Ibama são alvo de operação da PF sobre madeira ilegal

Ação leva a busca e apreensão em endereços do ministro e ao afastamento de dez servidores

Fabio Serapiao e
Camila Mattoso

BRASÍLIA A Polícia Federal realizou na manhã desta quarta (19) uma operação que levou a buscas e apreensões em endereços do ministro Ricardo Salles e no MMA (Ministério do Meio Ambiente) e ao afastamento do presidente do Ibama, Eduardo Bim, e de outros nove servidores públicos.

A ação tinha como objetivo, de acordo com a PF, apurar suspeitas de crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando que teriam sido praticados por agentes públicos e empresários do ramo madeireiro.

A PF investiga a edição de um despacho pelo Ibama, em 2020, que teria permitido a exportação de produtos florestais sem a necessidade de emissão de autorizações. O texto teria sido elaborado a pedido de empresas com cargas apreendidas no exterior e resultou na regularização, segundo a PF, de cerca de 8.000 cargas de madeira ilegal.

A operação foi batizada de Akuanduba, divindade dos índios Ararás, do Pará.

A PF cumpriu 35 mandados de busca no Distrito Federal, em São Paulo e no Pará, determinados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Ele também suspendeu o despacho sobre exportação de madeira que é alvo de investigação.

De acordo com a PF, a apuração teve início em janeiro, com base em informações enviadas por autoridades de outros países sobre possíveis desvios de conduta de servidores públicos durante o processo de exportação de madeira.

Moraes autorizou ainda a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Salles.

No pedido enviado ao Supremo para realizar a operação, a PF informou a existência de R\$ 14,1 milhões em transações financeiras atípicas envolvendo um escritório de advocacia ligado a Salles.

Ao autorizar a ação, Moraes fez menção a um relatório do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) que identificou a movimentação suspeita e disse que a informação requer "maiores aprofundamentos". A pedido da PF, Moraes autorizou envio de ofício ao Coaf com o objetivo de acessar todas as informações em poder do conselho

que motivaram a produção do RIF sobre o escritório ligado ao titular do Meio Ambiente.

A polícia frisou na representação que parte das empresas envolvidas e de agentes públicos investigados, incluindo Salles, teve inúmeras comunicações ao Coaf por operações suspeitas nos últimos anos.

As transações atípicas, segundo descreveu Moraes no documento, ocorreram no período compreendido entre janeiro de 2012 e junho de 2020.

A ação ocorre um mês após o início de um atrito entre o ex-chefe da Polícia Federal na Amazônia Alexandre Saraiva e o ministro Ricardo Salles por causa da maior apreensão de madeira nativa da história do Brasil, ocorrida na divisa do Pará com o Amazonas.

O conflito começou após uma visita de Salles ao Pará, onde ele fez uma espécie de verificação da operação e apontou falhas na apuração. Segundo o ministro, há elementos para achar que as empresas investigadas estavam com a razão.

Em seguida, em entrevista à Folha, Saraiva disse que era a primeira vez que via um ministro do Meio Ambiente se manifestar de maneira contrária a uma ação que visava proteger a floresta amazônica. Ele afirmou ainda que "na Polícia Federal não vai passar boiada", termo utilizado por Salles em reunião ministerial do ano passado.

Saraiva mandou ao STF uma notícia-crime contra o ministro que está sob análise da ministra Carmen Lúcia. No documento, o delegado afirma que havia suspeita de crimes de advocacia administrativa e obstrução de investigação.

Dias depois, o novo diretor-geral da PF, Paulo Maturo, decidiu trocar a chefia do Amazonas, como revelou o Painel, da Folha.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), líder da minoria na Câmara, disse que ingressaria com pedido na Justiça Federal do Distrito Federal para suspender a nomeação de Salles.

Nela, o deputado também pede, em caráter liminar, que

Salles seja afastado imediatamente até o julgamento definitivo por desvio da finalidade do papel de ministro do Meio Ambiente.

Colaboraram Marcelo Rocha e Matheus Teixeira, de Brasília

Ministro diz que operação é exagerada e desnecessária

OUTRO LADO

Marcelo Rocha e Daniel Carvalho

BRASÍLIA O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, classificou a operação da Polícia Federal desta quarta como exagerada e desnecessária.

"Vou fazer aqui uma manifestação de surpresa com essa operação, que eu entendo exagerada, desnecessária, até porque todos os demais que foram citados e incluídos nessa investigação estiveram sempre à disposição para esclarecer quaisquer questões", disse.

Servidores afastados

MMA
• **Leopoldo Pentead** assessor especial do ministro
• **Olivaldi Alves Borges Azevedo** secretário-adjunto de Biodiversidade

IBAMA
• **Eduardo Bim** presidente
• **Wagner Mattioto** superint. de Apuração de Infrações

• **Olímpio Magalhães** diretor de Prot. Ambiental
• **João P. Riograndense Moreira Jr** diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas

• **Rafael Freire de Macedo** coordenador-geral de Monitoramento do Uso da Biodiversidade

• **Leslie Jardim Tavares** coord. de Op. de Fiscalização

• **André Azevedo Silveira** coord. de Intel. de Fiscalização

• **Artur B. Valinotto** analista ambiental

"Induzindo justamente a dar impressão de que teria havido possivelmente uma ação concatenada de agentes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente para favorecer ou para fazer destravamento indevido do que quer que seja. Essas ações jamais, repito, jamais aconteceram."

Salles esteve na superintendência da Polícia Federal em Brasília acompanhado de um assessor armado, que é um militar de reserva. Policiais relataram ao Painel que o ministro cobrou explicações sobre o inquérito e quis falar com o superintendente.

Segundo o ministro, sob seu comando a pasta e o Ibama sempre agiriam de acordo com as regras e o bom senso. "Isso ficará demonstrado nos autos do inquérito conforme ele forem instruídos". "Essas medidas são desnecessárias [apreensão de celular e quebra de sigilos bancário e fiscal], na medida em que o ministério e todos os funcionários poderiam ter sido chamados pela PF".

O ministro disse também disse que explicou ao presidente Jair Bolsonaro do que se trata a investigação.

"Expliquei que, na minha opinião, não há substância em nenhuma das acusações. Embora eu não conheça os autos, eu já sei de que assunto se trata. E me parece que esse é um assunto que pode ser esclarecido com muito rapidez."

De acordo com auxiliares de Bolsonaro e Salles, a conversa entre os dois, no Palácio do Planalto, pela manhã, envolveu também o ministro da Justiça, Anderson Torres.

Segundo relatos feitos à Folha sob condição de anonimato, no diálogo houve críticas ao que presidente e ministro consideram excessos de Moraes nesta e em outras decisões.

Assessores também disseram que as críticas se estenderam ao fato de não se ter sido solicitado parecer da Procuradoria-Geral da República sobre as buscas. Em nota, a PGR disse que "não foi instada a se manifestar sobre a medida, o que, em princípio, pode violar o sistema constitucional acusatório".

Por enquanto, a decisão do Palanalto é de manter Ricardo Salles no cargo e usar a operação politicamente.

Conselheiros de Bolsonaro disseram que as buscas servem para sustentar o argumento de que ele não interfere na PF — o ministro da Justiça só teria sido informado da ação na noite de terça (18), e o presidente, na manhã desta quarta, pela imprensa.

Leia mais na pág. B2



O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante entrevista nesta quarta. Ueslei Marcelino/Reuters

Despacho que facilita exportação de madeira motivou apuração

Fabiano Maisonave

MANAUS No centro da operação da Polícia Federal que atingiu o ministro Ricardo Salles (Ambiente), está o despacho da presidência do Ibama de 25 de fevereiro de 2020, que elimina a exigência de autorização de exportação de madeira por parte do órgão ambiental federal, com a exceção de espécies sob risco de extinção.

A pedido da PF, o despacho 7236900/2020 foi suspenso em caráter liminar nesta quarta (19) pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Ele afastou do cargo o presidente do Ibama, Eduardo Bim, que assina o documento.

Uma das principais críticas ao despacho de Bim era de que ele permitia a exportação apenas com os documentos de transporte, incluindo as guias florestais (GF) emitidas pelos governos esta-

duais e facilmente fraudadas.

Os principais estados produtores de madeira nativa, Mato Grosso e Pará, não estão integrados ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflo), como prevê o Código Florestal, de 2012.

Contraditoriamente, o Ibama trava uma batalha judicial com esses estados para exigir essa adequação, acusando-os de falta de transparência.

Com a decisão de Moraes, volta a vigorar a Instrução Normativa 15/2011, que exige a solicitação de autorização de exportação ao Ibama mediante a apresentação de sete documentos.

Na petição ao STF, a PF diz que Bim emitiu o despacho "mesmo com parecer contrário de servidores públicos experientes do órgão e somente após as apreensões de algumas cargas que teriam chegado aos EUA e à Europa sem documento idôneo."

A PF descreve a apreensão de três contêineres com madeira brasileira no porto da Savannah (EUA), embarcados no Pará, em 10 de janeiro de 2020, exportados sem a autorização do Ibama. A empresa responsável é a Tradelink Madeiras.

Em 5 de fevereiro, a Superintendência do Ibama no Pará enviou cartas de "certidão" às autoridades americanas, para conseguir o desembaraço. Duas semanas depois, em 21 de fevereiro, um funcionário da embaixada americana se reuniu com Bim para "discutir as comunicações conflitantes do Ibama", segundo o escritório de apresentação diplomática dos EUA enviada à PF.

Finalmente, em 25 de fevereiro, as autoridades norte-americanas receberam a cópia do despacho de Bim eliminando a exigência do aval do Ibama. A nova normativa foi publicada no mesmo dia no Diário Oficial.

"À luz do exposto, o FWS [Serviço da Vida Selvagem e Pesca, órgão ambiental americano] tem preocupações com relação a possíveis ações inadequadas ou comportamentos corrupto por representantes da Tradelink e/ou funcionários públicos responsáveis pelos processos legais e sustentáveis que governam a extração e exportação de produtos de madeira da região amazônica", informou a embaixada à PF.

O despacho de Bim favoreceu principalmente empresas exportadoras, de maior poder econômico, mas não teve impacto na fiscalização dos planos de manejo aprovados pelos governos estaduais, principal foco dos fiscais do Ibama.

Isso ocorre porque, nos portos de exportação, a madeira ilegal já está esquentada e misturada à madeira legal, exigindo uma perícia sofisticada para detectar irregularidades. A madeira apre-

endida nos EUA, por exemplo, vai passar por uma análise de isótopos estáveis para determinar sua origem geográfica.

Além do despacho, a investigação da PF tem outras linhas, relativas à fragilização da fiscalização ambiental e do julgamento das infrações.

A PF também detectou uma "movimentação extremamente atípica" nas conta bancárias do escritório de advocacia no qual o ministro Salles é sócio, com 52% de participação.

De janeiro de 2012 a junho de 2020, foram movimentados R\$ 14,1 milhões, segundo dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). Salles classificou a operação de exagerada e negou irregularidades.

Os crimes investigados pela PF incluem corrupção passiva e ativa, facilitação de contrabando, prevaricação, contrabando, lavagem de dinheiro e crimes contra a administração ambiental.

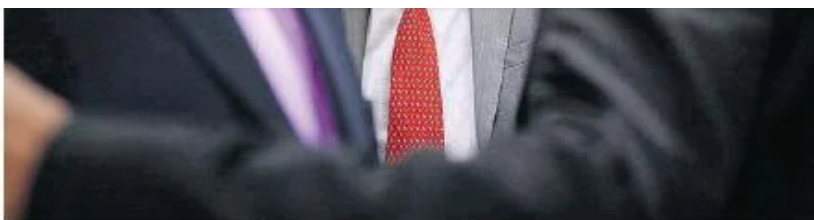
A operação da PF batizada de Akuanduba, foi deflagrada semanas após Salles entrar em confronto com o delegado da PF Alexandre Saraiva. O ministro defendeu empresas envolvidas na maior apreensão de madeira da história, ocorrida em dezembro, na divisa do Pará com o Amazonas.

O governo do presidente Jair Bolsonaro tomou o lado de Salles, e Saraiva, responsável pela apreensão, perdeu o cargo de superintendente da PF no Amazonas. Nesta quarta-feira, o delegado postou no Twitter: "Cantem de alegria todas as árvores da floresta".

Em junho, uma ação civil pública já havia tentado derubar o despacho, sob a justificativa de que representava ameaça à preservação ambiental. A ação foi protocolada pelo Greenpeace, pelo ISA (Instituto Socioambiental) e pela Associação dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa).

Meio Ambiente. Ministro, presidente do Ibama e cúpula do órgão ambiental são alvo de operação que apura contrabando de madeira e de produtos florestais para o exterior

PF investiga Salles em esquema de corrupção



Defesa. Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles negou irregularidades em sua pasta

André Borges / BRASÍLIA
Pepita Ortega

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi alvo ontem de operação da Polícia Federal que aponta seu envolvimento em suposto esquema de corrupção montado para atuar na exportação ilegal de madeira. Além de Salles, o presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, e a cúpula do órgão ambiental são suspeitos de favorecer o contrabando de produtos florestais no País.

As suspeitas, que passam por nove tipos de crime, atingem um dos principais auxiliares do presidente Jair Bolsonaro, eleito com a bandeira do combate à corrupção e que costuma repetir não haver irregularidades no seu governo. O presidente ignorou o assunto ontem.

A operação, batizada de Akuanduba, foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Na decisão, o magistrado

situação. A PF afirmou que Salles e a diretoria do Ibama se reuniram no dia 7 de fevereiro, em Brasília, com associações do setor, como a Associação Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais (Confloresta), a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex) e o Centro das Indústrias do Pará (CIP).

As entidades reclamaram de apreensões de produtos florestais exportados sem a devida documentação pelas empresas Ebatá Produtos Florestais Ltda. e Tradelink Madeiras Ltda., para os Estados Unidos. Menos de um mês após o encontro, no dia 25 de fevereiro do ano passado, o presidente do Ibama editou um “despacho interpretativo” que, numa canetada, anulava a necessidade de autorização específica para exportação de madeira.

“Na sequência, pelo que consta da representação da autoridade policial, houve o atendimento integral e quase que imediato da demanda formulada pelas

ou seja, é uma licença de transporte e armazenamento, enquanto a instrução até então vigente exigia uma autorização específica para exportação. Com a mudança, uma guia de transporte emitida pelos órgãos estaduais passou a valer no lugar de uma autorização do Ibama.

Ao acatar o pedido dos madeireiros, Bim aceitou o argumento das empresas de que a exigência da autorização específica teria “caducado”, porque teria sido revogada pela existência de outro recurso, o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sina or), implantado em 2014.

“Equivocado entender que o DOF exportação não possibilita a fiscalização da carga, quando não apenas isso é possível, pelo dever geral de proteção ambiental, como expressamente previsto”, declarou Bim no despacho. “A fiscalização ambiental não é prejudicada.”

A decisão chegou a ser festejada pelos madeireiros, como

CAMINHO ILEGAL

● Esquema de propinas que inclui servidores públicos favorece exportação de forma irregular



Extração

1 Madeireiros contratam ‘puxadores de toras’ para extrair as árvores



Propina

2 Madeireiros pagam propina para servidores públicos incluírem os dados da madeira no sistema nacional



Madeira

3 Servidores públicos informam a quantidade e o tipo de madeira retirada, como se ela tivesse sido cortada em área permitida



Engenheiros florestais

4 Também participam inflando os dados sobre a quantidade de árvores que podem legalmente ser retiradas de um local

destacou que um relatório de inteligência financeira indicou “movimentação extremamente atípica” de dinheiro, um total de R\$ 14,1 milhões, envolvendo um escritório do qual Salles é sócio, em São Paulo, em transações realizadas entre 2012 e junho do ano passado. Moraes determinou a quebra dos sigilos bancários e fiscais do ministro, assim como dos outros 22 alvos da investigação.

Salles negou irregularidades e disse que o ministro do Supremo foi “induzido ao erro” ao autorizar a operação (*mais informações na pág. A8*).

As investigações da PF apontam a existência de um “modus operandi” que passou a vigorar em exportações ilícitas de madeira, a partir de mudanças na legislação realizadas para facilitar a saída de material do Brasil, a pedido de madeireiros. No centro das acusações está um despacho assinado pelo presidente do Ibama, em fevereiro do ano passado, conforme revelado à época pelo *Estadão*.

Entre o fim de 2019 e início de 2020, o órgão ambiental havia recebido uma série de demandas de madeireiros para facilitar a exportação, mexendo nas regras de fiscalização. Na ocasião, empresas enfrentavam bloqueio de cargas, principalmente nos Estados Unidos, e procuraram a cúpula do Meio Ambiente para tentar resolver a

duas entidades, contrariamente, inclusive ao parecer técnico elaborado por servidores do órgão, legalizando, inclusive com efeito retroativo, milhares de cargas expedidas ilegalmente entre os anos de 2019 e 2020”, registrou Moraes ao detalhar as condutas atribuídas pela PF ao ministro Ricardo Salles.

Origem. Com a nova instrução do Ibama, os produtos florestais passaram a ser acompanhados apenas do chamado Documento de Origem Florestal (DOF), algo que, como alertou a própria área técnica do órgão ambiental, não era suficiente para garantir a fiscalização. Essas observações, no entanto, foram ignoradas e a nova regra passou a vigorar.

O chamado DOF de exportação, que existe desde 2006, serve, na prática, apenas para que a madeira seja levada até o porto,

● **Decisão**
“O que se descortinou das investigações foi a existência, em tese, de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais, dentre outros crimes, do qual fariam parte diversos agentes públicos e pessoas jurídicas.”
Alexandre de Moraes

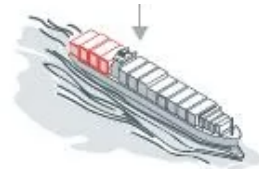
MINISTRO DO SUPREMO

mostrou o *Estadão*. Três dias depois da mudança, o Centro das Indústrias do Pará (CIP) enviou carta ao presidente do Ibama em que o agradeceu por “colocar em ordem as exportações de madeira”.

Os investigadores apontaram que, após o despacho que atendeu aos pedidos das madeireiras, “servidores que atuaram em prol das exportadoras foram beneficiados pelo ministro com nomeações para cargos mais altos, ao passo que servidores que se mantiveram firmes em suas posições técnicas foram exonerados por ele”. Na decisão em que autorizou a operação, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes determinou a suspensão da nova norma.

‘Bolada’. Ao detalhar a participação de Salles no esquema sob suspeita, a PF chegou a reproduzir falas do ministro durante a reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020 no Palácio do Planalto. Na ocasião, o titular do Meio Ambiente disse que era preciso aproveitar a “oportunidade” da pandemia do coronavírus para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”.

O vídeo do encontro foi divulgado no ano passado, por ordem do então ministro do STF Celso de Mello, no âmbito do inquérito que investiga se Bolsonaro interferiu na PF.



Exportação

● Madeira é exportada como se a origem fosse legal – em 2020, Ibama extinguiu necessidade de autorização de exportação, o que limita a fiscalização

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

PGR afirma que não foi consultada

● A Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou ontem que não foi instada a se manifestar sobre a Operação Akunduba. Em nota, o órgão chefiado por Augusto Aras diz que tal situação “em princípio, pode violar o sistema constitucional acusatório”.

A operação foi aberta por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após representação da Polícia Federal. Ao fim de despacho de 63 páginas em que autorizou mandados de busca e apreensão, o ministro determinou que fosse dada “imediata ciência” à PGR após o cumprimento das diligências. / P.O.

Pazuello distorce dados e blinda Bolsonaro na CPI

Ex-ministro nega ordem de presidente para desfazer compra de lote da Coronavac; general tem mal-estar e oitiva será retomada hoje

Vinícius Valfre
Lauriberto Pompeu / BRASILIA

O depoimento do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello à CPI da Covid foi marcado pela tentativa de blindar o presidente Jair Bolsonaro. Ao longo de sete horas de sessão, ontem, Pazuello distorceu fatos sobre a condução da crise sanitária pelo governo, disse inverdades ao negar a ordem de Bolsonaro para cancelar a compra da vacina Coronavac e foi desmentido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao afirmar que havia restrições da Corte à compra de imunizantes da Pfizer.

A sessão foi interrompida, à tarde, porque Pazuello sentiu um mal-estar durante um intervalo e teve queda da pressão arterial. O general foi atendido pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), que é médico. À saída do Senado, no entanto, Pazuello negou o problema, confirmado pelo Estadão com seus advogados. “Eu não passei mal. Não houve nada”, desmentiu. O depoimento será retomado hoje. O ex-ministro deixou senadores irritados ao dizer que Bolsonaro não lhe mandou cancelar o contrato para a compra da Coronavac, vacina produzida pela chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan.

Novo blog analisa depoimentos

Em parceria com o Estadão, Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da USP, estreia o blog *Diário da CPI*, com análises dos depoimentos prestados. “Na CPI, a política e a saúde pública se encontram, a pandemia e a disputa de poder se sobrepõem”, diz Scheffer, ex-consultor da CPI dos Planos de Saúde (2003). [Acesse: https://noticia.estadao.com.br/blogs/diario-da-cpi/](https://noticia.estadao.com.br/blogs/diario-da-cpi/)

“Nunca o presidente me mandou desfazer qualquer contrato, qualquer acordo com o Butantan. Ele nunca falou um ‘ar’ sobre o Butantan”, afirmou.

No dia 21 de outubro, porém, Bolsonaro usou as redes sociais para anunciar o fim do acordo. “Ele (Pazuello) tem um protocolo de intenções, já mandei cancelar, se ele assinou. O presidente sou eu. Não abro mão da minha autoridade”, escreveu Bolsonaro. Ele, vinte e quatro horas depois, foi visitar o então ministro. “É simples assim: um manda, o outro obedece”, disse Pazuello, na ocasião, ao lado do chefe.

Agora, a versão do general é a de que a manifestação do presidente foi uma reação a provocações do governador de São Paulo, João Doria: “O que o presidente colocou, na rede social, ele não repetiu para mim”.

Pazuello foi submetido a um constrangimento ao destacar que, entre os motivos para não assinar rapidamente um memorando de entendimento com a Pfizer, estavam pareceres de órgãos de controle, como o TCU. Mas o tribunal informou que não havia apresentado nada nesse sentido. O ex-ministro, então, disse que cometeria um equívoco.

Os momentos mais tensos da CPI ocorreram quando o ex-ministro negou ter recomendado o “tratamento precoce” com cloroquina (sem eficácia comprovada

contra a covid), e quando disse ter sido informado sobre a falta de oxigênio em Manaus apenas em 10 de janeiro.

Logo depois, chegou à CPI um documento no qual o ex-secretário executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, admitia que Pazuello soube da falta de oxigênio no Amazonas em 7 de janeiro, em conversa por telefone com o secretário estadual de Saúde, Marcellus Campello. A nota de Franco foi uma resposta a requerimento apresentado pelo deputado José Ricardo (PT-AM).

“Não é possível isso. O senhor assistiu com seus olhos os nossos brasileiros amazonenses morrerem por falta de oxigênio”, reagiu Eduardo Braga (MDB-AM). “O depoente foi treinado e está mentindo muito. Vamos agora pedir que a CPI contrate uma agência de checagem on line de fatos”, afirmou o relator, Renan Calheiros (MDB-AL).

Até o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), bateu boca com o senador Luís Carlos Heinze (Progressistas-RS) e o chamou de “mentiroso” por ele dizer que o governo Bolsonaro havia enviado dinheiro ao Amazonas para combater ao coronavírus. “Não me chame de mentiroso”, gritou Heinze. A sessão foi suspensa e Aziz pediu desculpas. / COLABORARAM ADRIANA FERREZ, AMANDA PUPO, FABIANA CAMBRICOLI e CAMILA TURTELLI

Pelo menos 10 afirmações inverídicas

ESTADÃO VERIFICA

No depoimento à CPI da Covid, o ex-ministro Eduardo Pazuello fez, ao menos dez afirmações inverídicas. Veja exemplos da checagem do Estadão Verifica.

“O Brasil figura entre os países que mais vacinam no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Índia.”

De acordo com a plataforma Our World in Data, o Brasil é a quinta nação que mais aplicou doses de vacinas de covid, quando se analisam números absolutos. Na proporção de doses aplicadas por 100 mil habitantes, o Brasil está em 85º lugar.

“Em nenhum momento o presidente me desautorizou ou me orientou a fazer diferente qualquer coisa que eu estava fazendo.”

Em 20 de outubro de 2020, o Ministério da Saúde assinou um protocolo de intenções com o Butantan para adquirir 46 milhões de doses da Coronavac. No dia seguinte, Bolsonaro escreveu em suas redes sociais que “minha decisão é de não adquirir a referida vacina”. Pazuello gravou um vídeo ao lado do presidente no qual disse que “um manda, o outro obedece”.

“A cloroquina é um antiviral e anti-inflamatório conectado.”

A cloroquina não é um antiviral. É usada para o tratamento de malária e amebiose hepática, entre outras. A OMS, a Administração de Alimentos e Medicamentos dos EUA (FDA) e a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) contraindicam o uso desde meados de 2020.

“Essa plataforma (TrateCOV) foi mostrada, dia 11, em Manaus em desenvolvimento, não concluída ainda. Era um protótipo. Não foi distribuída aos médicos.”

Falso. O Estadão mostrou que mais de 240 médicos de Manaus foram habilitados a usar a plataforma após o lançamento em 14 de janeiro.

“Não recomendei o uso da hidroxicloroquina nenhuma vez.”

Em 20 de maio de 2020, o Ministério da Saúde publicou orientações para tratamento precoce de covid-19 com cloroquina e hidroxicloroquina.

O Estadão Verifica tentou contato com a assessoria de Pazuello, mas não teve resposta até a conclusão desta edição. / ALESSANDRA MONNERAT, PEDRO PRATA, SAMUEL LIMA e VICTOR PINHEIRO



Ex-ministro. Em depoimento de cerca de sete horas à CPI da Covid, afirmações de Eduardo Pazuello irritaram senadores e foram contestadas pelo TCU

Média salarial no Judiciário chega a ser o dobro da registrada no Executivo – ESTADÃO – São

Paulo – 20/05/2021

Discrepância. Estudo do Ipea, com base na Rais, vê maior diferença na esfera estadual, onde os integrantes do Judiciário ganham, na média, R\$ 10,2 mil, mais que o dobro do Executivo (R\$ 4,8 mil); no plano federal, Executivo paga R\$ 9,4 mil, ante R\$ 15,3 mil no Judiciário

Média salarial no Judiciário chega a ser o dobro da registrada no Executivo

Ídiana Tomazelli | BRASÍLIA

Um novo raio x traçado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a média salarial no Poder Judiciário, que inclui magistrados e servidores, é a maior dos três Poderes. Na esfera estadual, os integrantes do Judiciário ganham, na média, R\$ 10,2 mil, mais que o dobro do observado no Poder Executivo (R\$ 4,8 mil). No âmbito federal, a diferença é menor, ainda com juízes e servidores em vantagem, com ganhos médios de R\$ 15,3 mil, ante R\$ 9,4 mil no Executivo.

Os salários médios do Judiciário também são maiores do que no Legislativo estadual (R\$ 7,7 mil) e federal (R\$ 9,3 mil). Os dados são do Atlas do Estado Brasileiro e foram trabalhados pelo Ipea a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2019. O pesquisador Félix Lopes ressaltou ainda que os valores são brutos, mas não incluem "penduricalhos" que, muitas vezes, ajudam a turbinar remunerações de juízes e procuradores para além do teto remuneratório, que hoje é de R\$ 39,2 mil. Também ficam de fora os salários deturcados.

A crítica à desigualdade de salários na administração pública é um dos poucos pontos que mobilizam, ao mesmo tempo, grupos favoráveis e contrários à reforma administrativa proposta pelo governo para alterar as regras do "RH" do serviço público. Após o *Estadão* *Broadcast* divulgar cálculo do Tesouro de que o Brasil é um dos que mais gastam com funcionalismo no mundo, diversas categorias buscaram chamar atenção para as diferentes realidades dentro da administração.

"É expressiva a participação do Judiciário e do MP (Ministério Público) entre as ocupações com maiores remunerações médias, a despeito de ser o Executivo o poder responsável por prestar a maior quantidade de serviços", afirma o presidente da Afipea Sindical, José Celso Cardoso Jr. A entidade representa os funcionários do Ipea.



Líder. Judiciário também paga mais que o Poder Legislativo

Contrária à reforma do governo, a Afipea Sindical é uma das entidades que se coloca a favor da discussão de determinados pontos, como a limitação dos "penduricalhos" ou o fim das férias de 60 dias para magistrados, o dobro dos 30 dias que os demais integrantes da administração têm direito. Outras propostas enfrentam oposição, como a flexibilização da estabilidade do servidor no cargo, medida que facilitaria dispensas pelo governo, mas é vista como um risco à atuação independente dos

servidores.

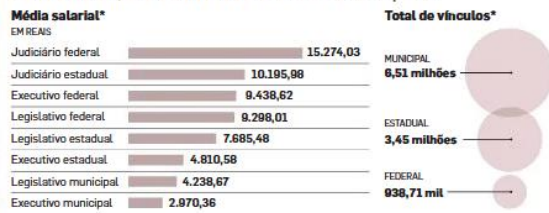
"Nada que envolva os Poderes Legislativo, Judiciário e militares está na PEC 32 (reforma administrativa). Também somos favoráveis à regulamentação e imposição irrestrita do teto constitucional remuneratório a todos os Poderes e níveis da federação, mas tampouco esse tema está na PEC 32", afirma Cardoso Jr.

Embora servidores do Judiciário e do Legislativo tenham sido incluídos na reforma, seus membros – juízes, parlamentares, procuradores, desembargadores – ficaram de fora do alcance das mudanças. São eles que costumam ter maiores remunerações e "penduricalhos". Em 2019, pesquisa encomendada pela bancada do Novo apontou que 65% dos magistrados ganhavam acima do teto remuneratório.

No ano passado, quando enviou a PEC, o governo argumentou que o Executivo não poderia propor uma mudança de regras para membros de outro poder. A mudança ficou para ser feita no Congresso Nacional. O deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), que preside a Frente

DESIGUALDADE ENTRE CATEGORIAS

• Média salarial do Judiciário está bem acima do observado em outros poderes



Mayor concentração de salários acima de R\$ 15 mil

EM PORCENTAGEM DOS FUNCIONÁRIOS

Faixa Salarial	Executivo Municipal	Executivo Estadual	Executivo Federal	Legislativo Municipal	Legislativo Estadual	Legislativo Federal	Judiciário Estadual	Judiciário Federal
ATE 2,5 MIL	58,13	31,87	9,66	46,40	26,64	19,65	3,48	6,31
2,5 - 5 MIL	28,97	35,38	20,34	27,83	23,97	24,34	11,82	1,89
5 - 7,5 MIL	7,78	16,87	21,68	11,75	14,51	15,35	24,63	1,04
7,5 - 10 MIL	2,85	7,39	13,53	6,08	8,65	9,05	21,47	6,87
10 - 12,5 MIL	1,13	3,25	9,37	2,72	5,87	5,61	13,04	15,58
12,5 - 15 MIL	0,55	1,78	6,83	1,74	4,60	4,65	9,12	19,52
15 - 17,5 MIL	0,32	1,05	4,33	1,14	3,85	5,39	5,16	14,51
17,5 - 20 MIL	0,19	0,69	5,48	0,64	3,55	1,87	3,31	11,31
20 - 22,5 MIL	0,11	0,42	2,88	0,48	2,20	1,90	2,01	9,61
22,5 - 25 MIL	0,07	0,47	1,56	0,54	1,89	2,51	1,39	6,49
25 - 27,5 MIL	0,04	0,30	0,96	0,24	1,65	2,41	1,02	3,71
27,5 - 30 MIL	0,03	0,19	1,63	0,18	1,18	3,02	0,99	1,79
MAIS DE 30 MIL	0,03	0,24	1,85	0,25	1,54	4,24	2,56	1,34

*2019

FONTE: ATLAS DO ESTADO BRASILEIRO - IPEA

INFOGRAFIA: ESTADÃO

• **Reforma administrativa** "Nada que envolva os Poderes Legislativo, Judiciário e militares está na PEC 32 (reforma administrativa). Também somos favoráveis à regulamentação e imposição irrestrita do teto constitucional remuneratório a todos os Poderes e níveis da federação, mas tampouco esse tema está na PEC 32."

José Celso Cardoso Jr.
PRESIDENTE DA AFIPEA SINDICAL

Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, é um dos defensores da inclusão. "Essa PEC não fala de remuneração, só de benefícios, mas precisamos falar de remuneração", afirma.

Categorias do Judiciário, porém, argumentam que isso seria "ilegal" e veem necessidade de uma mudança constitucional de iniciativa do próprio Judiciário para que a mudança tenha valor. A reportagem pediu posição das associações dos Magistrados Brasileiros (AMB), dos Juizes Federais (Ajufe) e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), mas não

houve retorno até o fechamento desta edição.

Dados. Além da diferença entre as médias salariais, os dados do Ipea mostram que, no Judiciário, há maior concentração de servidores em membros do poder com remuneração elevada. No Judiciário federal, 48,7% dos trabalhadores recebem acima de R\$ 15 mil mensais. No Executivo federal, essa proporção é de 18,59%, e no Legislativo, de 21,35%.

Nos Estados, 16,45% dos servidores e membros do Judiciário recebem acima de R\$ 15 mil,

enquanto no Executivo essa proporção é de 3,36%, e no Legislativo, de 15,75%.

Em todos os casos, os dados do Executivo incluem civis e militares, o que pode contribuir para reduzir "um pouco" a média, segundo o pesquisador Félix Lopes. Isso acontece porque há soldados que ganham valores próximos do salário mínimo. A diferença, porém, não é significativa a ponto de colocar o Executivo federal, por exemplo, à frente do Judiciário. A remuneração média de servidores civis homens é de R\$ 11,0 mil, e das mulheres, R\$ 9,5 mil.

Bitcoin desaba após alerta da China

Cotação da moeda digital chegou a registrar queda de quase 50% sobre o pico de abril com a decisão do país de restringir as transações

Depois de meses seguidos de valorização, a cotação da moeda digital bitcoin caiu ontem abaixo da marca de US\$ 40 mil e atingiu o seu menor valor em três meses e meio, contaminando as cotações de outras moedas digitais (também conhecidas pelo nome de criptoativos ou criptomoeças).

Durante a manhã, o valor do bitcoin chegou a cair para US\$ 31,9 mil, metade do pico registrado em abril, quando atingiu a cotação máxima histórica de mais de US\$ 64 mil. A moeda se recuperou depois ao longo do dia e era cotada a cerca de US\$ 38 mil às 19h, mas caminha para registrar o seu primeiro declínio mensal desde novembro de 2018.

O tombo ocorreu depois de as autoridades reguladoras chinesas emitirem um alerta às instituições financeiras do país para que deixem de aceitar pagamentos realizados em criptomoeças, como o bitcoin, ou oferecer produtos e serviços relacionados a elas.

O comunicado emitido em conjunto pelo Banco Popular da China (o banco central do país) e associações bancárias chinesas afirma que as criptomoeças não são "uma moeda real" e não devem ser usadas como meio de transação. O alerta também classifica a valorização do bitcoin e outros criptoativos como "especulação".

Após o comunicado, o mercado de criptoativos reagiu com temor de que a China ou outros países adotem medidas para restringir a circulação dos criptoativos. As cotações de outras moedas digitais também foram contaminadas pela onda de correção nos preços. O tombo do bitcoin afetou outros ativos digi-



Bitcoin. A medida da China aprofundou a desvalorização da moeda, que já sofria o impacto de declarações de Elon Musk

tais, como o Ether, a moeda ligada à rede blockchain ethereum, e o dogecoin, outra criptomoeça que ganhou destaque no último mês por causa da rápida valorização.

O bitcoin, a maior e mais conhecida criptomoeça, já estava sob pressão nas últimas semanas depois de uma série de mensagens negativas publicadas por Elon Musk, presidente executivo da montadora Tesla, na rede social Twitter. O empresário afirmou que a Tesla deveria de aceitar bitcoin como forma de pagamento na venda dos seus carros elétricos, o que fez a cotação desabar. Ele também deu a entender que a Tesla poderia vender os bitcoins que havia

comprado, o que causou confusão. A Tesla depois desfez o mal-entendido, afirmando que não iria se desfazer da sua posição em bitcoins.

Antes do anúncio das autoridades reguladoras chinesas, o valor do bitcoin já acumulava uma queda de 26% em maio. A desvalorização contrasta com a alta nos preços da criptomoeça nos últimos meses. De novembro de 2020 a abril deste ano, a cotação passou de US\$ 13,7 mil por unidade de bitcoin para mais de US\$ 60 mil.

O declínio no mês de maio agora foi acentuado pelo anúncio da China proibindo instituições financeiras e empresas de pagamento de fornecer serviços

relacionados a transações com criptomoeças. A China também alertou investidores contra a negociação especulativa com os ativos digitais.

'Emoções'. "Os mercados de criptografia estão anualmente processando uma cascata de notícias que alimentam o cenário de baixa para o desempenho dos preços", disse Ulrik Lykke, diretor executivo do fundo de hedge de criptoativos ARK36. "Notícias como esta da China podem obter muita força e facilmente mexer com o sentimento do mercado, mas muitas vezes se mostram de pouca importância no longo prazo. Os mercados de criptomoeças são extremamente motivados pelas emoções e seus participantes tendem a reagir de forma exagerada a eventos que consideram negativos."

No entanto, alguns especialistas previram mais perdas à frente, observando que a queda abaixo de US\$ 40 mil representou a quebra de uma barreira técnica chave que poderia definir o terreno para mais vendas no curto prazo, pelo menos.

Mais importante, investidores podem estar migrando do bitcoin de volta para o ouro, disseram analistas do JPMorgan, citando dados de posicionamento compilados com base na participação em aberto nos contratos futuros de bitcoin.

Isso mostra "a liquidação mais acentuada e sustentada" nos futuros do bitcoin desde outubro do ano passado, disseram os analistas do banco, acrescentando: "O fluxo do bitcoin continua a se deteriorar e aponta para uma retração contínua por parte de investidores institucionais". / AGENCIAS INTERNACIONAIS

ASCENSÃO E QUEDA

Depois de um período de alta, o valor do bitcoin sofre correção desde meados de abril



BTG deve levar a dona da Empiricus por cerca de R\$ 2 bi

Além da empresa de informações financeiras, negócio ainda incluiria a Vitreo Asset, com R\$ 7,3 bi sob gestão

A máquina de aquisições do BTG Pactual continua a todo o vapor. O banco está perto de comprar a holding Univers, dona da empresa de informações financeiras Empiricus, segundo apurou o *Estadão* com três fontes de mercado. O valor do negócio seria de R\$ 2 bilhões. Ainda de acordo com fontes, a Univers – que também é dona dos portais *Seu Dinheiro* e *Money Times*, além da Vitreo Asset

– procurava um comprador para suas operações desde o fim do ano passado.

O banco de investimentos, de acordo com pessoas próximas ao assunto, vê a Empiricus e as outras empresas do grupo como uma forma de estreitar seu negócio de pessoas físicas – uma das prioridades da operação do BTG atualmente. O banco vem investindo fortemente na plataforma BTG+, uma forma de brigar com concorrentes como a XP e o Nubank.

A busca de uma maior relação com o cliente pessoa física já motivou oito aquisições do BTG. A mais recente delas foi a compra da Fator Corretora, anunciada no início de maio.



Apetite. BTG fez oito aquisições na área de investimentos

Outras empresas compradas para reforçar o projeto estão a Ouroinvest e a Network Partners. Além disso, a instituição financeira investiu cerca de R\$ 1 bilhão em tecnologia para reforçar sua área de investimentos.

A Empiricus, que ficou inicialmente conhecida no mercado por seus posicionamentos polêmicos – como uma briga pública que comprou com a gigante dos alimentos Marfrig, na década

passada – e pelo marketing agressivo, prometendo ganhos estratosféricos para os clientes, teria hoje cerca de 400 mil assinantes de seus relatórios de mercado.

A holding Univers, porém, vai além da Empiricus. A Vitreo Asset tem uma gama de fundos temáticos, como de canabidiol, criptos, games e de urânio, que atraíram cerca de R\$ 600 milhões só neste ano. “Esses pro-

duto são a porta de entrada para oferecer todos os demais serviços e aplicações financeiras”, disse o sócio-fundador da Vitreo, Patrick O’Grady, ao *Estadão/Broadcast*, no dia 11.

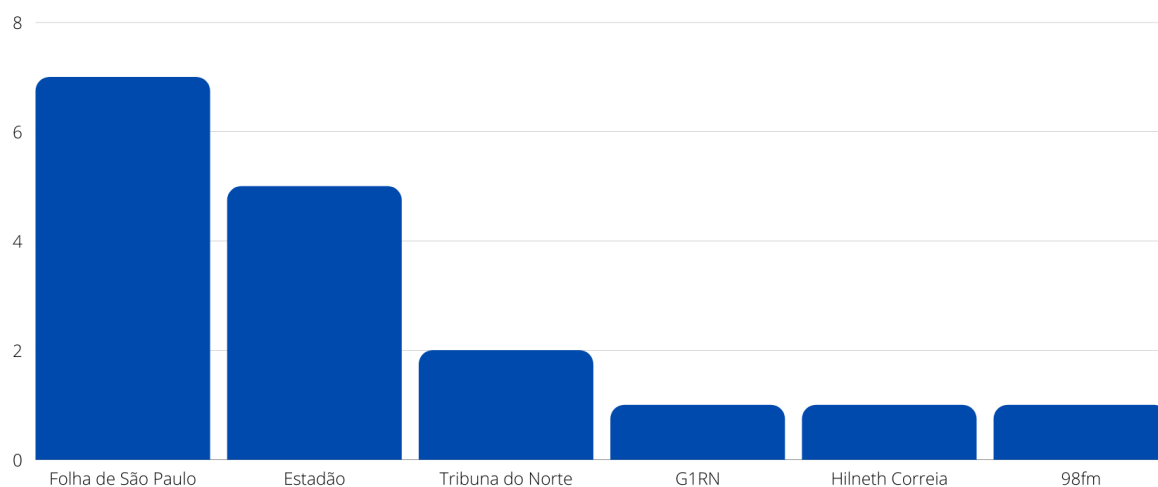
Em 12 meses encerrados em março, a Vitreo dobrou o patrimônio sob gestão, que atingiu R\$ 7,28 bilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

A gestora do BTG Pactual também vem colhendo bons resultados. Nos últimos 12 meses, cresceu 69%. “Tivemos um aumento do nossa equipe com profissionais de alta qualidade para atender todas as nossas linhas de produtos”, disse CEO da gestora, Eduardo Guardia, em entrevista recente ao *Estadão/Broadcast*.

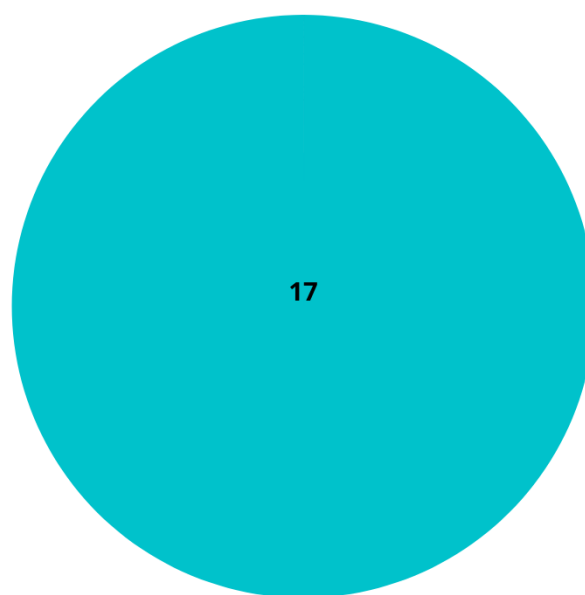
Procurados, Empiricus, Vitreo e BTG não comentaram. **FERNANDO SCHELLER, ERNANI FAGUNDES e CYNTHIA DECLIODT**

GRÁFICOS

VEÍCULOS



CLASSIFICAÇÃO



Neutro
100%